

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.588 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2002



Jane de Araújo

## Relator mantém Orçamento, mas alerta para queda de arrecadação

Álvaro Dias ressalta que "é hora de dar um fim a discriminação"

### Projeto abre direito de voto a estrangeiros

PÁGINA 4

Mesmo sem mexer nos números da proposta orçamentária para 2003 encaminhada pelo governo, Sérgio Machado faz relatório preliminar com uma advertência: a receita tributária terá queda real de 1,8% no ano que vem em relação ao atual, tornando difícil aumentar os gastos com a área social e melhorar o percentual de reajuste do salário mínimo.

PÁGINA 3

## CCJ analisa emendas à proposta de reforma do Judiciário



Jane de Araújo

Proposta de Roberto Requião vai à análise do Plenário

### Acordo sobre comércio pode ser examinado pelo Congresso

PÁGINA 4



Célio Azevedo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem reunião marcada para quarta-feira, com uma pauta de 36 itens, sendo o primeiro deles o exame de 133 emendas à proposta de reforma do Poder Judiciário. A CCJ também deve examinar propostas de mudança do sistema de apreciação dos vetos presidenciais, de instituição de quarentena para ex-ocupantes de cargos públicos na administração federal e de regulamentação da aposentadoria de ocupantes de cargos em comissão.

Exame das emendas à proposta de reforma do Poder Judiciário é o primeiro item da pauta da CCJ

PÁGINA 3



Célio Azevedo

Ornelas quer evitar práticas abusivas no registro de domínios

### Registro de nomes na Internet terá novas regras

PÁGINA 2

## Currículos das escolas podem incluir noções de cidadania

Comissão de Educação examina projeto de Chico Sartori que inclui, nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, a disciplina de noções de cidadania. A matéria tem parecer favorável e tramita em caráter terminativo.

PÁGINA 3



Foto: Divulgação

Ensinos fundamental e médio podem ter que ministrar noções de cidadania



Roosevelt Pinheiro

Proposta de Carlos Wilson estabelece até 18 meses para matrícula de aprovados

## Projeto garante vaga a aprovados no vestibular

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) quer garantir a vaga em estabelecimento de ensino superior por 18 meses aos candidatos aprovados no respectivo processo de seleção. Projeto de sua autoria nesse sentido tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá o senador José Jorge (PFL-PE) como relator.

Carlos Wilson argumenta que muitos estudantes, ainda cursando o ensino médio, conseguem aprovação no vestibular mas, por não terem concluído o curso, são impedidos de ingressar na universidade. Ele lembra que muitos pais buscam garantir na Justiça o direito do filho de ingressar no ensino superior, o que tem causado um grande embate jurídico, por se tratar de questão não regulamentada no aparato judicial brasileiro.

Isso ocorre porque o aluno aprovado no vestibular é chamado imediatamente a efetuar matrícula. Sua proposta, explica o senador, tem o objetivo de “acabar com essa injustiça”, garantindo aos alunos aprovados no vestibular, por um prazo de 18 meses, a sua vaga em estabelecimento de ensino superior. Durante esse prazo, o aluno poderá, então, concluir o ensino médio e ingressar no curso superior para o qual prestou vestibular.

# Senadores examinam norma para endereços na Internet

Critérios para registro de nomes de domínio na rede mundial de computadores foram propostos pelo senador Waldeck Ornélas

A Comissão de Educação (CE) recebeu, para decisão terminativa, projeto de lei do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) estabelecendo requisitos para registro de nomes de domínio na Internet, que representa o conjunto de caracteres que identifica um endereço na rede mundial de computadores, como, por exemplo, [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

O projeto visa inibir práticas abusivas como o *cybersquatting*, que é o registro de nomes e marcas de terceiros por pessoas ou empresas que depois as revendem aos legítimos donos ou as utilizam em campanhas de difamação ou con-



Célio Azevedo

Segundo Ornélas, regras claras contribuem para evitar abusos que hoje são cometidos

corrência desleal.

— É preciso estabelecer regras claras, de modo a evitar abusos que estão sendo cometidos. A proposição tem o intuito de pro-

teger não somente empresas detentoras de marcas famosas, os artistas e as personalidades conhecidas, mas também o cidadão comum, que pode ver seu nome utilizado indevidamente na rede por terceiros — afirmou Ornélas.

Segundo o senador, os dispositivos mais importantes do projeto são os que estabelecem limites à liberdade de registro de nomes hoje existentes, impondo respeito à titularidade de marcas, nomes comerciais e nomes próprios de pessoas físicas. Atualmente, vigora apenas a norma de privilegiar o primeiro requerente de um registro, baixada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI), criado por portaria dos Ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia.

## Universidades da Amazônia poderão ter mais recursos

As instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal poderão passar a contar com 0,5% da arrecadação dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). A criação dessa fonte permanente de recursos federais está prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que deverá ser votada, em Plenário, logo após o segundo turno das eleições presidenciais.

A proposta modifica o art. 159 da Constituição, que estabelece atualmente a destinação de 21,5% da arrecadação dos dois impostos para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), 22,5% para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e

3% para programas de financiamento ao setor produtivo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO).

De acordo com a nova redação sugerida por Mozarildo, 0,5% da arrecadação do IR e do IPI seriam garantidos — por nova alínea do art. 159 — a programas de ensino, pesquisa e extensão, mantidos por instituições amazônicas, “voltados à promoção do desenvolvimento sustentável”, na forma que a futura lei vier a estabelecer.

“A emenda pretende disseminar conhecimentos voltados para a melhoria do nível das atividades econômicas da Amazônia Legal, propiciando, assim, o seu desenvolvimento sustentável, a exploração responsável das riquezas naturais e a conseqüente preser-



José Cruz

Mozarildo defende que 0,5% da arrecadação do IR reforce o ensino e a pesquisa na Amazônia

vação dos ecossistemas ali existentes”, expõe Mozarildo na justificativa de sua proposta.

A matéria, que conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), já esteve em discussão por cinco sessões, no Plenário, e agora encontra-se pronta para inclusão na ordem do dia a fim de ser votada em primeiro turno.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2002

PLENÁRIO
14h30 — Sessão não deliberativa
PREVISÃO PLENÁRIO
<p><b>Terça-feira</b> 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: votação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 449/99, altera o artigo 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal, relativos à demarcação de terras indígenas; PLC nº 17/02, dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”; PLC nº 24/02, denomina “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR-135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizada no município de São Luís (MA); entre outras matérias.</p>
<p><b>Quarta-feira</b> 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: PLC nº 25/02, denomina “Subestação Delfino Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte situada no município de Miracema do Tocantins (TO); PLC nº 46/02, denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a BR-153, do estado do Pará até o estado do Rio Grande do Sul; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/02, altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social; entre outras.</p>
<p><b>Quinta-feira</b> 10h — Sessão deliberativa ordinária Hora do expediente: homenagem ao centenário de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade. Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/02, altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social; entre outras.</p>
<p><b>Sexta-feira</b> 9h — Sessão não deliberativa</p>
COMISSÕES
<p><b>Terça-feira</b> 11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15</p>
<p>14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados</p>
<p>16h — Reunião conjunta das comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos do Senado e das comissões de Finanças e Tributação; Economia, Indústria e Comércio; e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Anexo II da Câmara dos Deputados</p>
<p><b>Quarta-feira</b> 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</p>

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Comissão de Educação examina pauta de 56 itens

Contém 56 itens a pauta da reunião que a Comissão de Educação (CE) realiza amanhã, às 11h30. Deles, 49 são projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão, dos quais 26 atendem a rádios comunitárias.

Em caráter terminativo – no qual a tramitação da matéria termina na comissão, a não ser que seja apresentado requerimento para sua votação em Plenário –, há quatro projetos de lei. O único com parecer favorável, no entanto, é o que inclui a disciplina de noções de cidadania no currículo do ensino fundamental e do ensino médio. De autoria do senador Chico Sartori (PSDB-RO), é relatado na CE pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Têm parecer pela rejeição o projeto que inclui, no serviço de TV a cabo, um canal para o Tribunal de Contas da União (TCU); o que trata de registro de nomes de domínio na Internet brasileira que contenham sexo e violência; e o que trata da educação profissional em nível nacional. Este último teve voto favorável a sua aprovação apresentado em separado pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS).



Chico Sartori quer noções de cidadania nos currículos dos ensinos médio e fundamental

Entre as proposições que continuam sua tramitação após a votação da CE está o projeto de lei da Câmara que inclui o Dia da Inconfidência (21 de abril) e o Dia de Finados (2 de novembro) entre os feriados nacionais. A proposição tem parecer favorável do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Já o projeto que assegura reunião semanal de estudos aos profissionais da educação teve parecer pela rejeição apresentado pelo relator José Jorge (PFL-PE).

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) apresentou parecer favorável à indicação formulada pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que sugere à CE a elaboração de estudos visando a criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense.

## Novo critério para repasse de verbas do Orçamento

Está pronto para entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS), projeto de autoria do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pelo qual toda vez que a receita corrente líquida superar 10% da previsão orçamentária, deve ser feito o repasse entre Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, de acordo com a proporção estabelecida em lei.

– Havendo manipulação das estimativas de receita por parte do Executivo para menos, as cotas dos outros Poderes ficam sujeitas a achatamento iníquo e absurdo, e torna-se inevitável a quebra da autonomia administrativa e ética dos prejudicados, forçados a negociar em pleno exercício créditos suplementares para honrar compromissos claramente assumidos cuja viabilidade se viu fulminada – afirmou Nabor Júnior, ao justificar a proposição. No relatório, Simon ressaltou



Nabor Júnior: cotas do Legislativo e Judiciário ficam sujeitas a "achatamento iníquo e absurdo"

que o projeto "garante a estabilidade fiscal e permitirá maior flexibilidade na gestão das despesas dos diversos poderes públicos".

– A proposta visa assegurar que, em caso de suplementação orçamentária por excesso de arrecadação, a divisão do produto excedente seja proporcional entre os Poderes, evitando-se que um venha a ser beneficiado em detrimento do outro. Assim, manter-se-á um dos princípios básicos de nossa Carta Magna, o da preservação da independência e harmonia entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

## Relator do Orçamento alerta para queda na arrecadação

Sérgio Machado mantém números da proposta enviada pelo Executivo, mas lembra que situação piorou desde agosto passado

O relator-geral do Orçamento para 2003, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), apresentou na noite de sexta-feira seu parecer preliminar, em que alerta que a situação econômica piorou desde agosto passado, quando o Executivo enviou o projeto orçamentário ao Congresso. Apesar disso, ele não muda os números do documento, mas alerta que a arrecadação tributária terá queda real de 1,8% no ano que vem em relação a este ano, o que torna difícil

aumentar gastos sociais, como um reajuste maior para o salário mínimo – o projeto prevê aumento de R\$ 200 para R\$ 211.

O relator pondera que 90% de todos os gastos da União não podem ser mexidos, pois são obrigatórios ou vinculados, como pagamento de pessoal e de juros e aplicações em saúde e educação. Assim, a margem de manobra é reduzida e a possibilidade de se aumentar impostos, para financiar novos programas, não seria aceita pela sociedade.

Ele lembra, ainda, que o gover-



Sérgio Machado prevê dificuldades para aumentar gastos sociais no ano que vem

no perderá no ano que vem R\$ 1,8 bilhão porque terminará a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, que voltará a 25% no dia 1º de janeiro. Como exemplo das dificuldades financeiras da União, Sérgio Machado observa que o próprio Executivo não atendeu sequer sua lista de projetos e programas prioritários contidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Assim, das 596 ações prioritárias, 117 delas não vão receber um centavo no próximo ano. Outros 210 programas e projetos vão receber ver-

bas insuficientes.

A situação chegou a tal ponto, sustenta o relator-geral, que haverá redução de 33,4% nos valores dos investimentos federais no ano que vem – eles cairão de R\$ 11 bilhões neste ano para R\$ 7,3 bilhões. A previsão de investimentos foi feita pela equipe do presidente Fernando Henrique em agosto, antes da disparada do dólar, do aumento da inflação e da elevação do preço do barril de petróleo, lembra Sérgio Machado.

De qualquer forma, o relator mantém a previsão de que a arrecadação tributária somará no ano que vem R\$ 278,2 bilhões (excluídas transferências aos estados e municípios). Os gastos somarão 246,5 bilhões, gerando sobra (superávit primário) de R\$ 31,7 bilhões. Esse superávit bancará parte dos gastos de R\$ 67,5 bilhões líquidos com juros da dívida pública federal interna no mercado, a qual chegará ao final do próximo ano em R\$ 690,9 bilhões, conforme estimativa do Executivo contida no projeto orçamentário. A dívida externa do setor público, por sua vez, fechará 2003 em R\$ 228,8 bilhões.

## CCJ vota emendas à reforma do Judiciário

A votação das emendas de Plenário à proposta de reforma do Poder Judiciário é o destaque da reunião desta quarta-feira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A reforma visa permitir rapidez no julgamento dos processos judiciais. Os senadores apresentaram, durante o primeiro turno de discussão da proposta, cerca de 133 emendas, que serão relatadas pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também presidente da comissão.

Consta ainda da pauta da reunião projeto de lei que exige a quarentena para ex-ocupantes de cargos na administração federal com acesso a informações privilegiadas. Segundo a proposta de iniciativa do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), pelo período de um ano após a exoneração, funcionários não poderão trabalhar na iniciativa privada.

A iniciativa visa atingir especialmente ex-diretores do Banco



Célio Azevedo

Bernardo Cabral apresentará relatório sobre as 133 emendas de Plenário

Central, instituição em que costumam ser recrutados técnicos para bancos privados. A proposta também atinge ex-servidores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de agências reguladoras, da Secretaria da Receita Federal e do Departamento de Aviação Civil, entre outros órgãos. O projeto será votado em caráter terminativo. Se aprovada, a matéria segue para votação na Câmara, a não ser que haja recurso para apreciação no Plenário do Senado. O relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), emi-

tiu parecer favorável.

Também está na pauta da CCJ proposta do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) que fixa regras para aposentadoria de ocupantes de cargo em comissão. O relator, senador José Fogaça (PPS-RS), apresentou substitutivo. A comissão deverá examinar, na mesma reunião, projeto de lei do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que altera o Código Penal, determinando as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. O senador José Jorge (PFL-PE) ofereceu substitutivo.

# Acordos comerciais podem ser submetidos ao Congresso

Proposta de Roberto Requião prevê participação do Parlamento desde o início das negociações de tratados de comércio com outros países

Os acordos, convênios e tratados sobre comércio internacional firmados pelos futuros governantes brasileiros terão de ser submetidos, desde o início de suas negociações, à apreciação do Congresso Nacional. Isso é o que está previsto em proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que aguarda inclusão na ordem do dia, para ser discutida e votada pelo Plenário do Senado.



Requião defende maior transparência nos acordos internacionais firmados pelo país

A proposta pretende alterar dois artigos da Constituição (49 e 84), de modo a obrigar o Executivo a submeter os acordos de comércio exterior à apreciação do Congresso, que teria um prazo de 30 dias para se pronunciar sobre eles.

Segundo Roberto Requião, a prática de submeter acordos comerciais internacionais ao Poder Legislativo é consagrada na maioria dos países, entre eles os Estados Unidos, Itália, Espanha, México, Uru-

guai, Índia, Paraguai e China.

No entendimento de Requião, "a agenda do comércio mundial para os próximos quatro anos não poderá transformar o Congresso brasileiro num mero fantoche, homólogo de acordos comerciais decididos na esfera do Executivo", em especial se decorrentes das rodadas de negociações promovidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Até mesmo para se enfrentar os

desafios de uma nova ordem econômica globalizada – observa o senador –, é de fundamental importância que o Congresso Nacional emende a Constituição de 1988, para garantir maior transparência nos acordos internacionais.

– O Parlamento brasileiro terá pela frente o desafio da montagem, em um curto espaço de tempo, de uma estrutura leve, porém ágil, no cenário do Congresso Nacional, capaz de providenciar o estudo e a análise de propostas de negociação para o ingresso do Brasil no bloco econômico da União Européia e em uma possível Área de Livre Comércio das Américas (Alca), além de buscar acelerar as negociações comerciais destinadas a fortalecer, ampliar e consolidar o Mercosul – afirma Roberto Requião.

Para ele, a visão que prevalece hoje no Brasil de que os acordos internacionais devem ser firmados apenas pelo Poder Executivo, "ao seu bel-prazer", é equivocada e ultrapassada, se comparada à que prevalece na maioria dos países.

## Projeto institui critério regional para as aplicações do BNDES

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar, nas próximas semanas, projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que institui critérios regionais e populacionais para a aplicação dos recursos e dos fundos e programas de qualquer natureza administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

– O objetivo é tornar esse banco um poderoso instrumento de redução das desigualdades regionais – justifica o senador.

De acordo com a proposta, do total de recursos, fundos e programas administrados pelo BNDES, inclusive o Programa de Desenvolvimento Econômico, serão reservados 1% para a Região Norte, 1% para a Região Centro-Oeste e 2% para a Região Nordeste. Os recursos serão colocados à disposição dos estados dessas regiões segundo critério populacional, determina a proposta.

Ademir esclarece que, conforme

dados fornecidos pelo próprio BNDES, há fortes distorções na distribuição regional dos recursos administrados pelo banco. De 1995 a 2001, por exemplo, os números oficiais demonstram que as Regiões Sul e Sudeste receberam em média mais de 77% dos recursos, enquanto as demais regiões tiveram para distribuir menos de 23%.

Segundo afirma o senador na justificativa do projeto, os recursos do PIS/Pasep e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) somam quase R\$ 70 bilhões, representando 61,3% dos recursos administrados pelo BNDES, que, segundo o balanço de 2001, totalizam R\$ 112,8 bilhões. Ademir diz acreditar que uma melhor distribuição geográfica desses investimentos terá impacto positivo na redução das desigualdades regionais e sociais.

O projeto estabelece que, no cálculo do critério populacional, devem ser utilizados os dados do censo mais recente elaborado pelo



Ademir quer tornar o BNDES "um poderoso instrumento de redução das desigualdades regionais"

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os critérios regionais e populacionais não deverão vigorar, de acordo com a proposta, nos casos de convênios ou ajustes com organismos internacionais, quando tais recursos se destinam a financiar programa ou obra específica. Ademir propõe que eles também não terão vigência em relação aos recursos depositados no Fundo de Renovação da Marinha Mercante e no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária, entre outros.

## Maria do Carmo propõe proteção a emprego no país

As licitações internacionais para obras, serviços e compras de órgãos públicos, de qualquer esfera de governo (federal, estadual e municipal), só poderão ser realizadas se não houver no Brasil nenhum fornecedor em condições de atender



Maria do Carmo: prioridade para fornecedor nacional nas aquisições do poder público

as aquisições oficiais. A proposta, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, e está aguardando parecer do senador Roberto Freire (PPS-PE).

O projeto, que altera a Lei das Licitações, exclui da obrigatoriedade "os acordos, convenções, protocolos ou tratados aprovados pelo Congresso Nacional". A senadora sustenta, na justificativa da proposta, que o país precisa ter instrumentos para reagir ao crescente protecionismo internacional e estimular a criação de empregos.

Maria do Carmo cita artigos de

dois conhecidos empresários, Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, e Sérgio Magalhães, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), mostrando como os Estados Unidos, considera-

dos o país mais liberal do mundo, adotaram mecanismo legal para proteger os empregos domésticos.

Por meio de uma lei aprovada em 1933, chamada "The Buy American Act", nenhuma entidade, órgão ou empresa do governo norte-americano pode adquirir bens e serviços do exterior sem antes verificar se eles não podem ser supridos por empresas ou cidadãos americanos. Para mostrar a força dessa exigência legal, Antônio Ermírio relata o que ocorreu com a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, processada em janeiro de 1988 por contratar serviços estrangeiros que poderiam ser atendidos por fornecedores locais.

## Álvaro defende direito de voto aos estrangeiros

Por iniciativa do senador Álvaro Dias (PDT-PR), o Senado deve voltar a se pronunciar sobre a possibilidade de participação de estrangeiros em eleições municipais no país. Mesmo que uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com teor idêntico tenha sido rejeitada pelo Senado em 1999, Álvaro decidiu reapresentá-la pela significativa votação obtida à época. No momento, a matéria aguarda inclusão na ordem do dia para ser votada no Plenário do Senado.

A proposição pretende facultar aos estrangeiros domiciliados no Brasil a participação em eleições municipais, tanto na condição de eleitores como na de candidatos ao cargo de vereador. Além de encontrar respaldo nas normas jurídicas em vigor, a proposta estaria fundamentada, segundo observa seu autor, "nas melhores tradições do nosso povo".

– É hora de dar um fim a essa discriminação, afastando a assimetria existente no fato de se exigir dos estrangeiros respeito à legislação dos países anfitriões sem lhes dar, em contrapartida, alguns direi-



Álvaro Dias afirma que sua proposta respeita "as melhores tradições do povo brasileiro"

tos políticos fundamentais inerentes à pessoa humana – afirma Álvaro Dias na justificativa da PEC.

Ao ser submetida a análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposta recebeu parecer pela aprovação, já lida em Plenário, do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA). O relator avaliou a medida como "oportuna e conveniente", considerando ainda "justo" que os estrangeiros que optaram por viver no Brasil tenham o direito de participar do processo eleitoral e influenciar, assim, decisões políticas que, de uma forma ou de outra, irão produzir efeitos em suas vidas.